

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

REGULAMENTO — HISTÓRICO — ORGANIZAÇÃO

1. Antecedentes

A objetivação da idéia de criação de um Instituto de Estudos Brasileiros coube à iniciativa do Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda, catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Em princípios de 1962, encaminhou ao Diretor desta Faculdade a seguinte proposta:

"A consideração das dificuldades que se oferecem de modo cada vez mais sensível à ampliação e intensificação, em nível superior, dos cursos de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mostrou-me, desde há longo tempo, que não é tarefa simples o querer superá-las dentro da simples órbita da cadeira sob minha responsabilidade. Tanto as perspectivas de aplicação e desenvolvimento, segundo critérios científicos, de métodos de abordagem de fontes inéditas ou pouco acessíveis, como ainda, e principalmente, as de estímulo, escolha e melhor aproveitamento dos alunos e ex-alunos que revelem mais decidido pendor para a pesquisa histórica referente ao Brasil, escapam, em grande parte, às finalidades estritas e aos recursos próprios de uma cátedra como a da História da Civilização Brasileira.

"Presentemente o estudante que conclui o seu curso de História do Brasil, mormente quando não deseje devotar-se unicamente ao exercício do magistério secundário, tende a ignorar ou a desaprender, mais cedo ou mais tarde, a utilização das fontes, a localização do documentário conservado em arquivos de São Paulo ou fora de São Paulo — e neste caso há de consumir muito tempo e dinheiro para obter microfílmes ou cópias fotostáticas — assim como o bom aproveitamento desse material. É inútil esperar que os cursos regulares ou mesmo os de especialização que possa ministrar a cadeira de História da Civilização Brasileira se achem ou possam achar-se com o tempo em condições de preencher tôdas essas lacunas. Ou ainda que os estudantes, uma vez terminado o curso, estejam sempre em condições de guiar-se por si sós entre o emaranhado das questões que envolveria uma investigação histórica acurada.

"Por outro lado parece inevitável julgar que o desenvolvimento, entre nós dos estudos de História do Brasil, deve estar largamente condicionado no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a um contacto mais assíduo com as cadeiras e disciplinas que se orientam de modo direto para um melhor conhecimento do Brasil nos seus diferentes aspectos. E creio que a recíproca também deve ser verdadeira. Entre essas cadeiras e disciplinas podem desde já inscrever-se as de Geografia do Brasil, Literatura Brasileira, Antropologia, Política, Sociologia (além da Introdução aos Estudos Históricos, abrangendo naturalmente a Paleografia) e possivelmente de outras que possam ganhar alguma coisa da articulação e cooperação dos seus esforços e recursos em proveito dos

estudos brasileiros. A cooperação, nesse sentido, não servirá apenas para se realizarem quando e se necessários, trabalhos de equipe e de conjunto, como facilitará a estudiosos e estudantes das matérias nomeadas o acesso às fontes de pesquisa, muitas vezes coincidentes ou limítrofes.

"A proposta que tomo a liberdade de apresentar parece-me plenamente justificada e necessária depois das considerações acima e visaria à criação, anexo à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, de um Instituto de Estudos Brasileiros, abrangendo, em igualdade de condições, tôdas as seções acima referidas, e outras que tenham especificamente em mira tais estudos, segundo suas várias especificações.

"Desde já não julgo imoderado pretender que, no instituto projetado, seja garantida perfeita autonomia e equivalência de participação de responsabilidades e de oportunidades, às seções que se façam representar em sua organização. Para tanto deveria o Instituto de Estudos Brasileiros ser dirigido por um Conselho de Administração que incluía, na qualidade de membros natos os catedráticos das seções representadas, e por um Diretor, incumbido de programar suas atividades, depois de aprovadas pelo Conselho, e apresentar relatório anual de sua gestão.

"O Diretor, com mandato anual improrrogável, seria obrigatoriamente um desses catedráticos participantes que se sucederão em rodízio no cargo.

"É esta, Senhor Diretor, em linhas gerais, a sugestão que venho trazer à presença de V. S. Prontifico-me, no caso de ser ela aprovada em princípio, a entrar em contacto com os meus colegas para a elaboração do projeto.

Na expectativa que ela possa merecer seu interesse e patrocínio, subscrevo-me com alto apreço e consideração".

Esta proposta, submetida à apreciação do Conselho Técnico Administrativo e a seguir da Congregação da F.F.C.L., e uma vez devidamente aprovada, determinou outras providências junto ao Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, conforme o ofício que se passa a transcrever:

"São Paulo, 6 de junho de 1962.

"Magnífico Reitor:

"Tenho a honra de encaminhar a Vossa Magnificência o Regulamento do Instituto de Estudos Brasileiros, cuja proposta de criação foi aprovada pelo CTA e pela Congregação desta Faculdade, em sessão realizada em 5/6/62, solicitando as suas dignas providências a fim de ser o mesmo submetido à aprovação do Conselho Universitário.

"Agradecendo a atenção de Vossa Magnificência, aproveito o ensejo para reiterar-lhe protestos de alta estima e consideração.

"Prof. Dr. Cândido L. da Silva Dias
Vice-Diretor em exercício

"Senhor Prof. Dr. Antônio Barros de Ulhôa Cintra
Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo"

De tôdas essas providências oficiais decorreria, finalmente, a Portaria G.R. n.º 5, de 9/1/1963, que regulamenta o I.E.B.

2. Regulamento

PORTARIA GR/n.º 5, de 9-1-1963

Regulamenta o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

"A. Ulhôa Cintra, Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, nos termos do Parágrafo único do artigo 10 das Disposições Transitórias dos Estatutos da Universidade e de conformidade com o deliberado pelo respectivo Conselho Universitário, em sessão de 10 de dezembro de 1962, baixa a seguinte Portaria:

Artigo 1.º — O Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), criado e integrado na Universidade de São Paulo pelo artigo 4.º, item IX, dos respectivos Estatutos, baixados pelo decreto n.º 40.346, de 7 de julho de 1962, rege-se pelo presente Regulamento.

Artigo 2.º — O IEB tem por fim a investigação, em seus múltiplos aspectos, da realidade brasileira no passado e no presente.

Artigo 3.º — Para atingir esse objetivo deverá o IEB:

I — Associar cadeiras e disciplinas, relacionadas com os estudos brasileiros.

II — Planejar e realizar, com investigadores de seu quadro e das várias cadeiras e disciplinas, pesquisas próprias, oferecendo condições para a sua efetivação e divulgação.

III — Incentivar a participação de alunos de um curso nos trabalhos de cadeiras de outros, assegurando a convivência entre professores, alunos e investigadores estranhos ao quadro da Universidade.

IV — Encaminhar alunos e ex-alunos no levantamento da documentação, em especial em bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros, orientando-os na sua utilização.

V — Realizar cursos ou seminários de natureza especial e expedir os respectivos certificados.

Artigo 4.º — Os cursos ou seminários, a que se refere o artigo 3.º poderão ser, entre outros, os seguintes:

I — Cursos de pós-graduação para bacharéis e licenciados no Brasil ou no exterior.

II — Cursos intensivos, para grupos de estudantes estrangeiros.

III — Cursos especiais para pessoas encarregadas de tarefas culturais em outros países.

IV — Cursos ou seminários de orientação de doutoramento e outros tipos de trabalho, para pós-graduação de estrangeiros.

Artigo 5.º — Compõem o IEB:

I — Como membros natos:

1. Os professores das seguintes cadeiras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP:

História da Civilização Brasileira; Literatura Brasileira; Geografia do Brasil; Antropologia e Etnografia do Brasil.

2. Os professores das seguintes cadeiras da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP:

História Econômica Geral e do Brasil; Geografia Econômica Geral e do Brasil; Economia Brasileira; Planejamento Governamental; Teoria do Desenvolvimento Econômico.

3. O professor da seguinte cadeira da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP: Arquitetura do Brasil.

II — Como membros associados:

Pessoas que tenham produzido trabalhos de reconhecido mérito no campo dos estudos brasileiros.

Parágrafo único — Professores de outras cadeiras dos Estabelecimentos de Ensino Superior da Universidade de São Paulo, não mencionadas no presente elenco, conforme a natureza destas, poderão ser admitidos como membros natos ou associados, a critério do Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Administração do IEB.

Artigo 6.º — O IEB será dirigido:

I — Por um Diretor incumbido de programar suas atividades, com a aprovação do Conselho;

II — Por um Conselho de Administração, composto dos membros natos.

Parágrafo 1.º — O Diretor, com mandato bienal, improrrogável, será, obrigatoriamente, um dos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 2.º — O Diretor será eleito em votação secreta e substituído em suas faltas e impedimentos por um Vice-Diretor eleito da mesma forma.

Parágrafo 3.º — O Diretor, o Vice-Diretor e os membros do Conselho de Administração serão designados por ato do Reitor.

Artigo 7.º — Para a consecução das finalidades do IEB, poderão ser admitidos, ouvido o respectivo Conselho de Administração, pesquisadores, auxiliares de pesquisa e servidores administrativos, na forma da legislação vigente.

Artigo 8.º — O IEB não participará de manifestações de caráter político ou religioso.

Artigo 9.º — O IEB será mantido:

I — pela dotação orçamentária que lhe fôr consignada pela Universidade de São Paulo;

II — por doações, subvenções e legados.

Parágrafo 1.º — Ao IEB será permitido constituir patrimônio oriundo de doações e legados.

Parágrafo 2.º — As doações, subvenções e legados com cláusula de aplicação especial terão o destino nela indicado, desde que seja dentro das finalidades do IEB.

Parágrafo 3.º — No caso de extinção do IEB, seu patrimônio será destinado às cadeiras mencionadas no artigo 5.º, por proposta do Conselho de Administração ao Conselho Universitário.

Artigo 10 — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

A. Ulhôa Cintra — Reitor”

3. Histórico

O Instituto de Estudos Brasileiros foi criado e integrado na Universidade de São Paulo com fundamento no artigo 4.º dos Estatutos dessa instituição e regulamentado pela Portaria GR — n.º 5, de 9 de janeiro de 1963, acima transcrita. De acordo com as atribuições que lhe confere o regulamento, e em conformidade com os recursos postos à sua disposição, tem procurado:

a) planejar e realizar, com investigadores de seu quadro e das várias cadeiras e disciplinas, pesquisas próprias, oferecendo condições para sua efetivação e divulgação;

b) encaminhar alunos e ex-alunos da USP no levantamento de documentação existente em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiras, orientando-os para a sua utilização;

c) realizar cursos e seminários.

O IEB congregou, de início, oito cadeiras da USP: História da Civilização Brasileira — Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda; Geografia do Brasil — Prof. Dr. Aroldo de Azevedo; Literatura Brasileira — Prof. Dr. Mário Pereira de Souza Lima, sucedido pelo Prof. Dr. José Aderaldo Castello; Antropologia e Etnografia do Brasil — Prof. Dr. Egon Schaden. — todas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Economia IV — Prof. Dr. Antônio Delfim Neto; Geografia Econômica Geral e do Brasil — Prof. Dr. Dirceu Lino de Mattos; História Econômica Geral e Formação Econômica e Social do Brasil — Prof.ª Dr.ª Alice Piffer Canabrava, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas; e História da Arquitetura no Brasil — Prof. Dr. Eduardo Augusto Kneese de Mello, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; às quais se juntou, em 19 de janeiro de 1965, a cadeira de Línguas Indígenas do Brasil, regida pelo Prof. Dr. Carlos Drummond. Para a organização administrativa e patrimonial do IEB, ficou estabelecido, a princípio, o funcionamento de uma secretaria, uma biblioteca, um arquivo, e serviço de intercâmbio e bolsas; o acervo inicial da Biblioteca foi formado pela conhecida “Brasiliiana” (10.000 títulos), do escritor e bibliófilo J. F. de Almeida Prado, adquirida pela U. S. P., a que se acrescentaria, oportunamente, ainda a critério da F. F. C. L., a “Coleção Lamego”.

O funcionamento efetivo do IEB data de 10 de outubro de 1962, quando foram empossados a sua primeira Diretoria e Conselho de Administração, pelo então Reitor, Prof. Dr. Ulhôa Cintra. Foi Diretor o Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda e Vice-Diretor, o Prof. Dr. Aroldo de Azevedo; o Conselho de Administração compõe-se dos Catedráticos das cadeiras integrantes do IEB. Desde a data da instalação até hoje, vem funcionando, em caráter provisório, no Edifício da Reitoria, 2.º andar, sendo que a sua mudança para local definitivo, Prédio de Geografia e História, na Cidade Universitária, está programada para breve.

No primeiro ano de funcionamento, o IEB contou com um número reduzido de funcionários: duas bibliotecárias encarregaram-se da arrumação, divisão por assuntos e início da classificação dos livros, enquanto um único funcionário, licenciado em História, cuidava dos aspectos culturais bem como de todo o serviço burocrático do IEB. Apesar das dificuldades orçamentárias do início, obtiveram-se alguns resultados positivos, com o começo da catalogação de periódicos antigos de São Paulo, particularmente jornais editados entre 1827 e 1889, e a elaboração do *Catálogo Descritivo, Crítico e Ilustrado de Obras Raras da Coleção J. F. de Almeida Prado*. Além disso, o IEB colaborou no andamento de algumas pesquisas individuais: *A lavoura açucareira em São Paulo*, entre 1765 e 1850, da autoria da Profa. Maria Thereza Schorer Petrone, posteriormente apresentada como tese de doutoramento; *O negro na lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, durante o século XIX*, da Profa. Emília Viotti da Costa, que serviu, em fins de 1964, como defesa de tese de livre-docência; *Robert Southey, historiador do Brasil*, destinada à tese de mestrado da Profa. Maria Odila Dias Curly; *A Bahia e a Carreira da Índia*, da autoria do sr. José Roberto do Amaral Lapa, para tese de doutoramento. Por outro lado, sob a responsabilidade do Prof. Dr. José Aderaldo Castello, acentuou-se a preparação dos textos das Academias Setecentistas Brasileiras, num total superior a 10 volumes, e que já vinha sendo por ele realizada com o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Fundação de Amparo à Pesquisa e da Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Cultura, de São Paulo. Foram, finalmente, acertadas as diretrizes gerais para a concretização de uma pesquisa sobre o mobiliário não artístico no sul do Brasil, na época colonial, em atendimento à oferta de subvenção particular do industrial Paulo Robel.

A partir de 1964, o IEB passou a contar com orçamento próprio entre as verbas da USP. Tornou-se possível a ampliação das suas atividades culturais. O primeiro passo, de capital importância, foi a colaboração de uma bibliotecária especializada em obras raras, d. Rosemarie E. Horch, de renome nacional, para a catalogação dos manuscritos e das raridades da "Brasilliana". Esta dedicada profissional, concomitantemente com serviços regulares de biblioteca, deu logo início a uma obra importante, concluída em fins de 1965, e ora em vias de publicação, a saber, o *Catálogo de Manuscritos da Coleção J. F. de Almeida Prado*. Admitiram-se, ainda, três pesquisadores, um dos quais já vinha desempenhando atividades desde 1963, e foram contratados alguns funcionários burocráticos, necessários ao andamento dos serviços do IEB.

Em fins de 1964, procedeu-se à eleição da nova Diretoria para o biênio 65-66, tendo sido escolhidos os nomes dos Profs. Dr. Egon Schaden e Dr. Sérgio Buarque de Holanda para ocupar respectivamente os cargos de Diretor e Vice-Diretor.

1965 começou auspiciosamente para o IEB, com a programação para o primeiro semestre de uma iniciativa importante: o curso sobre a *Música Colonial Brasileira*, para o qual foi convidado o musicólogo de renome internacional, Prof. Francisco Curt Lange, Diretor do Instituto Interamericano de Musicologia de Montevideu, Uruguai. O curso, que versou sobre a Escola de Música Mineira, e seus principais vultos, de fins do século XVIII, teve a duração de três meses, com duas aulas semanais ministradas em dependências gentilmente cedidas pela Faculdade de Direito da USP. A repercussão foi grande, levando o IEB, com a colaboração da Reitoria da USP, da Secretaria do Governo e da Prefeitura do Município de São Paulo, a realizar um con-

cêrto público no Teatro Municipal. Fizeram parte do programa do concêrto, obras de compositores mineiros pouco divulgados, como Inácio Parreira Neves, Francisco Gomes da Rocha e José Joaquim Emérico Lôbo de Mesquita; da iniciativa, participaram a Orquestra Sinfônica Estadual, sob a regência do maestro Júlio Medaglia, a Associação de Canto Coral do Rio de Janeiro e quatro solistas famosos de São Paulo. O êxito do concêrto ultrapassou as melhores expectativas.

4. Organização e funcionamento

No início do segundo semestre, a organização interna do IEB passou por uma reestruturação, determinada pela necessidade de descentralização das decisões e iniciativas que até então cabiam integralmente ao Diretor. Assim sendo, de acôrdo com o anteprojeto do regimento, foram criados dois setores: o de Pesquisas e o Cultural; ao primeiro caberia a coordenação de um trabalho de equipe que contaria com a colaboração de tôdas as cadeiras que compõem o IEB, conforme seus objetivos de pesquisa; o segundo ficaria encarregado dos cursos, palestras, conferências a serem realizadas por iniciativa do IEB, e de publicações. Essas medidas, tomadas em agosto de 1965, se efetivaram com as indicações do C. A., para a Chefia do Setor Cultural, do Prof. Dr. José Aderaldo Castello, e para a do Setor de Pesquisas, do Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda. Foi também designado para exercer a função de Secretário "ad-hoc", a partir dessa época, o Licenciado Luiz Antônio de Moura Castro. Tais medidas imprimiram, de pronto, maior dinamismo aos trabalhos do IEB.

a) Setor de Pesquisas

O Setor de Pesquisas, que conta atualmente com quatro pesquisadores (há três propostas de admissão em expectativa), continuou com suas pesquisas individuais. E' a seguinte a relação dêsses trabalhos e de seus respectivos responsáveis: Dra. Maria Thereza Schorer Petrone, *Antônio da Silva Prado, Barão Iguape, no cenário econômico de São Paulo na primeira metade do século XIX*; D. Maria Odila da Silva Dias Curly, *Estudo do povoamento da região do antigo caminho para Goiás (1722-1850)*; e Luiz Antônio de Moura Castro, *A industrialização da cidade de São Paulo no período de 1850 a 1875 e O café e o desenvolvimento do comércio paulistano na segunda metade do século XIX*. Além dêsses trabalhos, continua sendo elaborado, pela licenciada Yêdda Dias Lima, sob a direção do Prof. Dr. José Aderaldo Castello, um *Levantamento dos Editos e Inéditos do Movimento Acadêmico no Brasil de 1724 a 1820*.

Paralelamente, planejou-se uma pesquisa conjunta a ser iniciada no corrente ano, subordinada ao título *As vésperas da Independência*. A seguir, transcrevemos o seu plano:

I. Os antecedentes: 1. As primeiras manifestações do sentimento nativista — H.B. (*); 2. Influência dos pensadores da Ilustração — L. B. e H.B.; 3. As reformas pombalinas e sua repercussão — H.B.; 4. Dona Maria I e a regência de Dom João — H.B.; 5. O papel das Universidades européas — H.B.; 6. As sociedades secretas e as "academias" — H.B.; 7. O Vice-Reinado

(*) Abreviaturas: H.B. — História do Brasil; G.B. — Geografia do Brasil; A.B. — Arquitetura do Brasil; A. — Antropologia; E.B. — Economia Brasileira; H.E.B. — História Econômica do Brasil; L.B. — Literatura Brasileira.

e suas tendências — H.B.; 8. A cidade do Rio de Janeiro e as capitanias ao iniciar-se o século XIX — A.B. e H.B.

II. *A Europa no alvorecer do século XIX*: 9. Napoleão e o quadro político europeu — H.B.; 10. O bloqueio continental e suas conseqüências — H.B.; 11. Antecedentes da migração da Família Real Portuguesa — H.B.; 12. A Corte Portuguesa no Brasil — H.B.

III. *Conseqüências da migração da Família Real*: 13. Rio de Janeiro, sede da monarquia lusitana — A.B., G.B. e H.B.; 14. Aberturas dos portos brasileiros — H.B.; 15. Primeiras medidas político-administrativas — H.B.; 16. A situação financeira — E.B.; 17. Relações com a Grã-Bretanha — H.B.; 18. A conquista da Guiana Francesa — H.B.; 19. A queda de Napoleão e a devolução da Guiana — H.B.; 20. O Brasil no Prata — H.B.

IV. *Organização político-administrativa*: 21. O território brasileiro e suas fronteiras em 1808 — G.B. e H.B.; 22. A população e sua repartição geográfica — G.B. e H.B.; 23. As Capitanias — H.B.

V. *As etnias e o problema de mão-de-obra*: 24. Comunidades étnicas: portugueses e brasileiros — A.; 25. O indígena — A.; 26. O negro — A.; 27. Os mestiços — A.; 28. O trabalho escravo; 29. Tentativas de supressão do tráfico negroiro — H.B.; 30. Os primeiros trabalhadores livres — H.B.; 31. As primeiras tentativas de colonização estrangeira — H.B.

VI. *A vida urbana*: 32. Cidades e vilas: a rede urbana e sua formação — A.B. e G.B.; 33. Rio de Janeiro, metrópole luso-brasileira — A.B. e G.B.; 34. A cidade do Salvador — A.B. e G.B.; 35. Atividades urbanas e camadas sociais — A.; 36. Organização dos grupos primários nas cidades — A.; 37. A vida associativa, a estrutura de poder e os padrões integrativos; 38. A arquitetura urbana — A.B.

VII. *A vida rural*: 39. As comunidades rurais: fazendas e engenhos — A.B.; 40. Organização comunitária no meio rural — A.; 41. Diferenciação ocupacional e padrões integrativos rurais — A.; 42. A economia agrária; 43. A habitação rural — A.B.

VIII. *A vida econômica*: 44. Atividades na lavoura — H.E.B.; 45. A economia açucareira — H.E.B.; 46. O café e outras culturas — H.E.B.; 47. A criação de gado e os produtos derivados — H.E.B.; 48. As feiras de gado — H.E.B.; 49. O extrativismo vegetal — H.E.B.; 50. A mineração e as primeiras fundições — H.E.B.; 51. O sal e o salitre — H.E.B.; 52. Manufaturas e ofícios mecânicos — H.E.B.; 53. O comércio exterior — H.E.B.; 54. O comércio interno e seus problemas — H.E.B.

IX. *Vias e meios de transporte*: 55. Caminhos e estradas — H.E.B.; 56. Tropas e tropeiros. Pousos de tropas — H.E.B.; 57. A navegação — H.E.B.; 58. Os portos — H.E.B.

X. *A vida financeira*: 59. Sistemas de tributação — E.B.; 60. O meio circulante — E.B.; 61. O primeiro Banco do Brasil — E.B.; 62. Evasão do ouro e da prata — E.B.; 63. Cunhagem do cobre e emissão de papel moeda — E.B.

XI. *A vida cultural*: 64. O pensamento escolástico e a reforma pombalina; 65. O ecletismo e as idéias político-econômicas; 66. As reformas de Dom João e a nova mentalidade literária — L.B.; 67. Principais centros de atividade literária — L.B.; 68. A Biblioteca e a Imprensa Régia — L.B.; 69. Publicistas e jornalistas — L.B.; 70. Reflexos da música colonial; 71. A "Capela

Real" e a música do tempo de Dom João; 72. A música popular. Lundus e modinhas. — L.B.; 73. A literatura — L.B.; 74. A vida científica; 75. A Escola de Belas Artes — A.B.; 76. A arquitetura religiosa — A.B.; 77. As técnicas de construção — A.B.; 78. Artistas estrangeiros — A.B.

XII. O Brasil Reino: 79. O Brasil torna-se Reino — H.B.; 80. A Revolução Pernambucana de 1817 — H.B.; 81. A Revolução Liberal do Pôrto: antecedentes e conseqüências — H.B.; 82. Eleições para as Côrtes Constituintes de Lisboa — H.B.; 83. Regresso de Dom João VI e regência de Dom Pedro — H.B.; 84. Os brasileiros nas Côrtes de Lisboa — H.B.; 85. As Côrtes de Lisboa e o Brasil — H.B.; 86. O "Fico" e o Conselho de Procuradores — H.B.; 87. As vésperas da Independência — H.B.

Esta pesquisa será feita com a colaboração das cadeiras integrantes do IEB, com a participação de assistentes, licenciados e alunos. A fase inicial do trabalho constará do fichamento das obras que interessam a cada uma das disciplinas e da elaboração de um fichário centralizador que anotará os assuntos tratados em cada obra fichada; além disso, pretende-se microfilmear jornais da época, como a *Gazeta do Rio de Janeiro* e a *Idade de Ouro do Brasil* (da Bahia), periódicos pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e que o IEB tenciona, incorporando ao seu arquivo de microfilmes, utilizar nesta e em outras futuras pesquisas.

b) Setor Cultural

O Setor Cultural intensificou a suas atividades em dois campos: o referente a publicações, cuja preocupação central passou a ser a *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, além de trabalhos sobre assuntos brasileiros; e o de realização de cursos.

No que se refere à Revista, o Instituto pretende colocá-la à disposição dos interessados do Brasil e do Exterior pelo menos duas vezes por ano. Foram providenciadas algumas publicações avulsas, tais como: *Contribuição do Bororo à Toponímia Brasileira*, do Prof. Dr. Carlos Drumond, professor de Línguas Indígenas do Brasil e Conselheiro do IEB; *Nomenclatura Botânica Bororo*, da licenciada Thekla Hartmann; *Mobilidade e Assimilação*, da licenciada Eunice Ribeiro Durham; e o trabalho de D. Rosemarie E. Horch, colaboradora da Biblioteca do Instituto, subordinado ao título *Catálogo de Manuscritos da Coleção J. F. de Almeida Prado*, com que se pretende iniciar uma série de catálogos destinados a fornecer aos estudiosos de assuntos brasileiros indicações documentais e bibliográficas.

Com o patrocínio da Divisão de Difusão Cultural da Reitoria da USP e de vários Departamentos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o Setor Cultural planejou e executou um Curso de Extensão Universitária e de Difusão, sob o título "O Cangaço na Cultural e na Realidade Brasileira", cujo programa e normas gerais passamos a transcrever:

Plano:

Aula inicial — "Coronelismo, banditismo e messianismo", sob a responsabilidade da Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

1.ª PARTE — INTRODUÇÃO

a) "Aspectos fisiográficos do Nordeste semi-árido" — 10 horas-aula com projeções, a cargo do Prof. Dr. Aziz Nacib Ab'Sáber, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

b) "Características sociais e culturais da população nordestina" — 5 horas-aula a cargo da Profa. Eunice Ribeiro Durham, do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

2.ª PARTE — O CANGAÇO NA LITERATURA ORAL — 10 a 15 horas-aula, a cargo do Prof. Manuel Cavalcanti Proença, da Casa de Rui Barbosa do Ministério da Educação.

3.ª PARTE — O CANGAÇO NO ROMANCE — 10 a 15 horas-aula, sob a responsabilidade dos Profs. Antonio Candido de Mello e Souza e José Aderaldo Castello, do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — USP, com a presença de convidados especiais: Rachel de Queiroz, Guimarães Rosa, Jorge Amado e outros.

4.ª PARTE — O CANGAÇO NO TEATRO — 4 horas-aula, sob a responsabilidade do Prof. Décio de Almeida Prado, do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — USP, com a colaboração dos críticos Sábato Magaldi e Anatol Rosenfeld, a presença de convidados especiais — Jorge Andrade, Osman Lins e outros — e a participação da Escola de Arte Dramática que fará a leitura dramática da peça "A Guerra de Cansa-Cavalo", de Osman Lins.

5.ª PARTE — O CANGAÇO NO CINEMA — sob a responsabilidade do Prof. Paulo Emílio Salles Gomes, do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — USP, com a presença de convidados especiais, como Lima Barreto, Paulo Gil, Glauber Rocha e outros. Palestras e projeções, num total de 5 a 10 aulas-sessões, com montagem de documentário cinematográfico.

6.ª PARTE — O CANGAÇO NAS ARTES PLÁSTICAS (inclusive populares e na música) sob a responsabilidade do Prof. Walter Zanini, do Museu de Arte e Arqueologia da Universidade de São Paulo, do Prof. Alceu Maynard Araújo e do Maestro Duprat; exposições e duas palestras.

7.ª PARTE — CONCLUSÃO: Seminário, sob a responsabilidade do Prof. Antonio Candido de Mello e Souza.

NORMAS GERAIS:

1.º) O Curso é considerado: a) como complementar dos Cursos de Pós-graduação da Universidade de São Paulo, com êle correlacionados e, no caso, a critério dos seus respectivos orientadores; b) de difusão para interessados cuja formação seja de nível superior ou de reconhecida capacidade técnica e profissional em atividades que se identifiquem com os objetivos implícitos no programa proposto.

2.º) Os inscritos na categoria a ficam obrigados a elaborar um trabalho escrito, a participarem ativamente nos seminários e debates, e ao fichamento de obras previamente indicadas pelos responsáveis de cada parte do Curso, dentro de um critério que se harmonize com a duração do

mesmo; os inscritos na categoria b serão considerados como ouvintes e ficam dispensados das exigências acima estabelecidas.

- 3.º) O Curso terá início a 21 de junho e encerrar-se-á na 2.ª quinzena de setembro do corrente ano; as inscrições serão aceitas entre 16 e 27 de maio, no Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — USP, à rua Maria Antônia, 258, nos períodos diurno e noturno, satisfeitas as exigências dos itens 1.º e 2.º, e não poderão ultrapassar o número de 50 (cinquenta).
- 4.º) Os inscritos sujeitar-se-ão aos horários apresentados, com a obrigação de comparecerem até 90% das aulas, seminários ou sessões de cada parte do Curso, sob pena de eliminação.

c) *Departamento de Produção de Filmes Documentários*

Em fins de 1965, foi aprovada pelo C. A. a organização de um novo departamento ligado ao Setor Cultural. Trata-se do "Departamento de Produção de Filmes Documentários", cuja criação partiu de uma proposta do Prof. Paulo Emílio Salles Gomes, por intermédio do Conselheiro Prof. Dr. José Adalberto Castello. Suas atribuições e finalidades são:

1. A realização de filmes documentários de curta, média e longa metragem, mediante proposta ou aceitação de convênios, acordos e/ou contratos de produção ou co-produção com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, desde que esses filmes documentários atendam aos interesses do Instituto de Estudos Brasileiros.

2. O estabelecimento de colóquios, encontros e estudos sobre tipos de filmes documentários que o Departamento se propõe realizar.

3. Programação e exibição de filmes de caráter cultural, mediante convênios e acordos com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas, ou com instituições como a Cinemateca Brasileira e outras congêneres, sempre que se atenda aos interesses do Instituto.

4. O estabelecimento de acordos ou convênios com entidades congêneres, nacionais ou internacionais, públicas ou privadas, como por exemplo: Comité Internacional du Film Ethnographique et Sociologique, ligado ao Musée de l'Homme (França), National Film Board (Canadá); National Educational Television (New York); Instituto dello Spettacolo (Itália) etc., para a sua representação no Brasil e mesmo na América Latina. Representar, portanto, tais entidades, ou com elas manter acordos ou convênios, resultará em importante intercâmbio cultural. Possibilitará, também, a curto prazo, que o Departamento principie a produzir filmes em ritmo constante. Dentre as entidades acima mencionadas convém destacar o Comité Internacional do Filme Etnográfico e Sociológico que, segundo contactos pessoais mantidos durante a realização do I Festival Internacional do Filme do Estado da Guanabara, se dispôs a estabelecer acordos e convênios com uma entidade oficial no Brasil, como o Instituto de Estudos Brasileiros.

5. A formação, a médio prazo, de um completo centro de produção de filmes documentários, procurando obter verbas, pessoal e equipamentos próprios, mediante acordos, convênios e/ou contratos com entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas.

Como realizações e planos do Departamento de Produção de Filmes Documentários do IEB, destacam-se:

1. O documentário sobre a personalidade do Padre José de Anchieta, denominado *Auto de Vitória*, baseado no auto do mesmo nome da autoria do próprio José de Anchieta. Sob o patrocínio da Comissão Nacional do Dia de Anchieta, comemorativo do seu IV centenário, contou ainda com a colaboração da Escola de Arte Dramática e da Fundação Cinemateca de São Paulo. Foi dirigido pelo documentarista Geraldo Sarno, mais a participação técnica e artística de Sérgio Muniz, Afonso Beato, Francisco Ramalho e outros.

2. O documentário *Antologia do Cangaço*, sob a orientação do Prof. Paulo Emílio Salles Gomes e a responsabilidade do documentarista Francisco Ramalho. É uma seleção de cenas dos principais filmes nacionais sobre aquele tema, programado como parte do Curso de Extensão Universitária sobre "O Cangaço na Cultura e na Realidade Brasileira", promovido pelo IEB.

3. Em colaboração com o Departamento de Zoologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo está sendo produzido, sob a direção de Sérgio Muniz, um documentário de 20 minutos sobre a expedição zoológica que aquele Departamento, sob os auspícios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, promove no litoral de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

4. São projetos em estudo:

— Documentação sobre uma comunidade de beatos, a de Santa Brígida, no interior da Bahia, liderada pelo beato Pedro Batista; sua realização ficará a cargo de Paulo Gil Soares e se fará com a colaboração da Profa. Dra. Maria Isaura Pereira de Queiroz, da Cadeira de Sociologia II da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — USP.

— Documentação sobre arquitetura, problemas da profissão do arquiteto, a ser produzida em colaboração com o Instituto de Arquitetos do Brasil, sob a responsabilidade de Maurício Capovilla.

— Portinari, as raízes de sua obra, a ser dirigida por João Batista.

— Com a colaboração do Prof. Dr. Antonio Candido de Mello e Souza, da Cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — USP, uma documentação das transformações que se operam no mundo rural tradicional paulista, a ser elaborada sob direção de Geraldo Sarno.

— Documentação da obra e importância de Mário de Andrade, a ser dirigida por Roberto Santos.

— Junto ao Comitê Internacional do Filme Etnográfico e Sociológico, do Museu do Homem, do qual o Departamento de Produção de Filmes Documentários do Instituto de Estudos Brasileiros é o representante no Brasil, projeta-se a realização de um documentário sobre o índio brasileiro, com a colaboração do Prof. Dr. Egon Schaden, catedrático de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras — USP. E, com a mesma instituição, será realizado em 1967 outro documentário sobre os ritos de Xangô na Bahia, comparados com idênticos ritos na África.

— Estuda-se, ainda, a realização de outros trabalhos de documentação etnográfica, com o aproveitamento do material filmado pelo Dr. Noel Nutels.

O Departamento deverá assinar convênio com a Associação Internacional de Documentaristas, em Roma, com a qual estudará um sistema de intercâmbio cul-

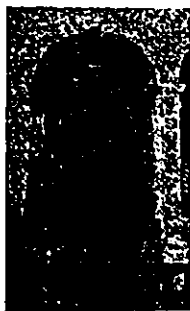
tural e técnico. realizações de cursos de cinema e técnica do cinema direto. e co-produções.

d) Biblioteca

No setor da Biblioteca, subordinado à Diretoria, com duas funcionárias especializadas, D. Catharina Cristóforo H. de Araújo, Bibliotecária, e D. Sílvia Camposana, Auxiliar de Bibliotecária, prossegue a elaboração das fichas de classificação e catalogação, trabalho esse que vem sendo desenvolvido desde a instalação do IEB. Tarefa morosa e difícil, pelas características das obras que compõem o acervo da *Coleção Brasileira J. F. de Almeida Prado*, encontra-se, todavia, já bem adiantada. Relativamente à catalogação da "Brasiliiana" do IEB, cabe destacar, especialmente, o trabalho de D. Rosemarie E. Horch, especialista de renome, que se vem encarregando da classificação das obras mais importantes do acervo, visando à edição de um grande *Catálogo Descritivo. Crítico e Ilustrado das Obras Raras da Coleção J. F. de Almeida Prado*. Uma vez concluída, esta obra projetará, sem dúvida, em todo o Brasil, o valor do acervo do IEB, com o que estarão lançadas as bases de um profícuo intercâmbio de informações com instituições similares e com pesquisadores individuais interessados em temas brasileiros, particularmente do "período colonial".

O número de obras que possui o IEB é, hoje, de aproximadamente 10.000 (em que se incluem 420 volumes doados pelo Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho), além das coleções de revistas e periódicos; deve-se salientar, ainda, que entre estas últimas, há números considerados raros.

A parte mais importante da Biblioteca (*) é a de obras do período colonial e do domínio holandês, entre as quais se destacam não só obras como o Barlaeus mas também folhetos como o "Brasilsche Gelt-Sack", "De Brasilsche Breede-Byl", ou "Von Eroberung der Stadt Olinda", sendo este último, o segundo exemplar conhecido no mundo. Outra parte que merece destaque são as obras dos viajantes, em sua maioria primeiras edições (conta-se também com as respectivas traduções) assim como Staden, Schmidel, Spix e Martius, Pohl, Chamberlain, Mawe e vários outros.



(*) A Biblioteca funciona das 8,30 às 18 hs.; os livros raros podem ser consultados no local e os outros podem ser retirados mediante as formalidades de praxe.